

ANALISTA LEGISLATIVO PESQUISADOR LEGISLATIVO



12/04/2015

SÓ ABRA ESTE CADERNO
QUANDO FOR AUTORIZADO

PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Matemática	11 a 15
Realidade Étnica, Social, Histórica Geográfica, Cultural, Política e Econômica de Goiás	16 a 20
Legislação Administrativa	21 a 35
Conhecimentos Específicos	36 a 50
Redação	—

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 50 questões da prova Objetiva e a prova de Redação.
2. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta julgada correta.
3. O cartão-resposta será distribuído no início da prova. Ele é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se os seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. O caderno de resposta da prova de Redação é personalizado e não será substituído, em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se os seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
5. As provas terão a duração de **cinco horas**, já incluídas nesse tempo a marcação do cartão-resposta, a transcrição do texto para o caderno de resposta da prova de Redação e a coleta da impressão digital.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **duas horas** de prova e poderá levar o caderno de questões somente após as **16 horas**, desde que permaneça em sala até esse momento.
7. Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova Objetiva e de Redação, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por eles, tendo seus nomes registrados em Relatório de Sala e nele posicionadas suas respectivas assinaturas.
8. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA E O CADERNO DE RESPOSTA DA PROVA DE REDAÇÃO AO APLICADOR DE PROVA.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 08.

A armadilha da aceitação

Existe um lugar quentinho e cômodo chamado aceitação. Olhando de longe, parece agradável. Mais do que isso, é absolutamente tentador: os que ali repousam parecem confortáveis, acolhidos, até mesmo com um senso de poder, como se estivessem tirando um cochilo plácido de baixo das asas de um dragão.

“Elas estão por cima”, é o que se pensa de quem encontrou seu espacinho sob a aba da aceitação. Porém, é preciso batalhar para ter um espaço ali. Esse dragão não aceita qualquer um; e sua aceitação, como tudo nesta vida, tem um preço.

Para ser aceita, em primeiro lugar, você não pode querer destruir esse dragão. Óbvio. Você não pode atacá-lo, você não pode ridicularizá-lo, você não pode falar para outras pessoas o quanto seus dentes são perigosos, você não pode sequer fazer perguntas constrangedoras a ele.

Faça qualquer uma dessas coisas e você estará para sempre riscada da lista VIP da aceitação. Ou, talvez, se você se humilhar o suficiente, ele consiga se esquecer de tudo o que você fez e reconsidere o seu pedido por aceitação.

A melhor coisa que você pode fazer para conseguir aceitação é atacar as pessoas que querem destruir o generoso distribuidor deste privilégio. Uma boa forma de fazer isso é ridicularizando-as, e pode ser bem divertido fingir que esse dragão sequer existe, embora ele seja algo tão monstruosamente gigante que é quase como se sua existência estivesse sendo esfregada em nossas caras.

Reforçar o discurso desse dragão, ainda que você não saiba muito bem do que está falando, é o passo mais importante que você pode dar em direção à tão esperada aceitação.

Reproduzir esse discurso é bem simples: basta que a mensagem principal seja deixar tudo como está – e há várias formas de se dizer isso, das mais rudimentares e manjadas às mais elaboradas e inovadoras. Não dá pra reclamar de falta de opção.

Pode ter certeza que o dragão da aceitação dará cambalhotas de felicidade. Nada o agrada mais do que ver gente impedindo que as coisas mudem.

Uma vez aceita, você estará cercada de outras pessoas tão legais quanto você, todas acolhidas nesse lugar quentinho chamado aceitação. Ali, você irá acomodar a sua visão de mundo, como quem coloca óculos escuros para relaxar a vista, e irá assistir numa boa às pessoas se dando mal lá fora.

É claro que elas só estão se dando tão mal por causa do tal dragão; mas se você não pode derrotá-lo, una-se a ele, não é o que dizem?

O que ninguém diz quando você tenta a todo custo ser aceita é que nem isso torna você imune. Ser aceita não é garantia nenhuma de ser poupada.

Você pode tentar agradar ao dragão, você pode caprichar na reprodução e perpetuação do discurso que o mantém acorçado sobre este mundo, você pode até se esti-

rar no chão para se fazer de tapete de boas-vindas, mas nada disso irá adiantar, especialmente porque esse discurso só foi feito para destruir você.

E aí é que a aceitação se revela como uma armadilha. Tudo o que você faz para ser aceita por aquilo que esmaga as outras sem dó só serve para deixar você mais perto da boca cheia de dentes que ainda vai te mastigar e te cuspir para fora. Pode demorar, mas vai. Porque só tem uma coisa que esse dragão realmente aceita: dominar e oprimir.

Então, se ele sorrir para você, não se engane: ele não está te aceitando. Está apenas mostrando os dentes que vai usar para fazer você em pedaços depois.

VALEK, Aline. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/a-armadilha-da-aceitacao-4820.html>> . Acesso: 13 fev. 2015. (Adaptado).

—QUESTÃO 01—

No texto, a temática da aceitação é desenvolvida com o predomínio de sequências

- (A) injuntivas, em que há apelo à figura do interlocutor.
- (B) descritivas, já que o lugar da aceitação é descrito com detalhes.
- (C) narrativas, pois o dragão constitui um personagem localizado no tempo e no espaço.
- (D) argumentativas, por meio das quais o enunciador revela seu ponto de vista.

—QUESTÃO 02—

Da leitura do texto, infere-se que, com o título “A armadilha da aceitação”, a autora

- (A) revela que a aceitação de determinadas regras sociais poupa as pessoas de sofrimentos posteriores.
- (B) mostra que a aceitação social representa perigo de ser dominado e oprimido.
- (C) incentiva a prática do individualismo que impede as pessoas de enxergarem as necessidades do outro.
- (D) considera que uma trajetória de sofrimento termina quando a pessoa se integra em um grupo.

— QUESTÃO 03 —

No contexto em que aparece o segmento: “reforçar o discurso desse dragão é o passo mais importante que você pode dar em direção à tão esperada aceitação”, a autora

- (A) reflete sobre práticas sociais ligadas à aceitação por ela consideradas condenáveis.
- (B) dá uma dica de como seduzir o inimigo para depois destruí-lo.
- (C) interpela o interlocutor a ser diplomático nas relações sociais.
- (D) revela a sua verdadeira opinião sobre a necessidade da aceitação.

— QUESTÃO 04 —

No texto, o uso das palavras “aceita” e “riscada”, no feminino, conduz à inferência de que

- (A) a forma nominal dessas palavras se restringe à flexão no feminino.
- (B) essas palavras concordam em gênero com palavras a que se referem.
- (C) os interlocutores imediatos do texto são do sexo feminino.
- (D) tais palavras concordam com o sexo da escritora do texto.

— QUESTÃO 05 —

A utilização da figura do dragão para representar o tema da aceitação constitui

- (A) uma técnica literária para tornar o texto mais artístico e menos político.
- (B) uma estratégia retórico-discursiva para dar forma a um conceito abstrato.
- (C) um recurso intertextual para se fazer alusão a outros textos sobre dragões.
- (D) uma maneira sutil de a autora mostrar suas habilidades criadoras.

— QUESTÃO 06 —

No enunciado “você pode tentar agradar ao dragão”, o verbo “poder” indica

- (A) permissividade para a realização do fato.
- (B) necessidade de que a situação aconteça.
- (C) obrigatoriedade de que a ação se efetive.
- (D) possibilidade de realização de um evento.

— QUESTÃO 07 —

No trecho “nem isso torna você imune”, a palavra “isso” refere-se

- (A) à tentativa a todo custo de ser aceito.
- (B) ao compromisso de derrotar o dragão.
- (C) à necessidade de unir-se ao dragão para ser aceito.
- (D) ao comodismo de ver as pessoas se dando mal na vida.

— QUESTÃO 08 —

A locução verbal “foi feito”, presente no antepenúltimo parágrafo, apresenta-se no singular, porque

- (A) se liga sintaticamente ao constituinte “nada disso” anteriormente expresso.
- (B) é regida pela expressão “para destruir você”, que aparece logo em seguida.
- (C) concorda com o seu sujeito gramatical “esse discurso”, citado anteriormente.
- (D) se refere à singularidade do dragão, no que diz respeito ao poder que impõe.

Leia a tira a seguir para responder às questões 09 e 10.



Disponível em: <<http://www.opera10.com.br/2012/10/vicios-de-linguagem.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

— QUESTÃO 09 —

A ambiguidade gerada na tira se deve à

- (A) impossibilidade prática de se vender o pôr do sol em qualquer circunstância.
- (B) coincidência entre as formas do verbo “ver”, no gerúndio, e do verbo “vender”, na primeira pessoa do presente do indicativo.
- (C) incompreensão dos adultos em relação às crianças que ainda se mantêm inocentes no que diz respeito às práticas comerciais extremas.
- (D) habilidade inata das crianças de perceberem que a língua é guiada pelo princípio da economia das formas.

— QUESTÃO 10 —

O aspecto linguístico que desfaz a ambiguidade presente na tira é:

- (A) o possível emprego do verbo “vender” no futuro.
- (B) a pressuposição desencadeada pela palavra “também”.
- (C) a identificação da criança por meio do pronome “eu”.
- (D) o uso da locução verbal “estou vendo” na fala da criança.

— RASCUNHO —

MATEMÁTICA**—QUESTÃO 11 —**

Em uma cidade, o reservatório de água com oito metros de altura foi construído em forma de um cilindro circular reto e tem capacidade para 100 mil litros de água. Preocupada com o racionamento de água, a prefeitura dessa cidade deseja construir outro reservatório, com a mesma altura do anterior, porém, com o dobro da capacidade. Nessas condições, a área da base do novo reservatório, em m^2 , deve ser igual a

- (A) 12,5.
- (B) 25,0.
- (C) 37,5.
- (D) 50,0.

—QUESTÃO 12 —

Uma imobiliária fez o seguinte anúncio de aluguel de sala comercial: “Sala com dimensões 10m x 20m, por R\$ 69,90 o metro quadrado + R\$ 890,00 de taxa de condomínio”. O valor mensal, em reais, do aluguel incluindo a taxa de condomínio, é:

- (A) $(20+10).(69,90+890)$.
- (B) $(20+10).69,90+890$.
- (C) $200+69,90+890$.
- (D) $(200).69,90+890$.

—QUESTÃO 13 —

A partir de janeiro de 2016, novas placas para veículos devem seguir o modelo do Mercosul. Apresentando um total de sete caracteres, trarão em posições aleatórias quatro letras e três números, como no exemplo hipotético abaixo:



O número total de possibilidades dessas novas placas, caso seja fixado como padrão, para o estado, é o seguinte: primeiro duas letras, seguidas por três números, os quais são seguidos por mais duas letras, é:

- (A) $26^2+10^3+26^2$
- (B) $(26^4).(10^3)$
- (C) $(26^3).(10^4)$
- (D) $(26^2).(30).(26^2)$

Considere que o alfabeto tem 26 letras.

—QUESTÃO 14 —

Em exploração de petróleo, faz-se necessário estimar certos pontos de uma região em busca de novos poços. Em uma busca, o modelo consiste em explorar poços da região do plano complexo no interior do retângulo $Q:=\{(u, v) \mid -2 \leq u \leq 2 \text{ e } -1 \leq v \leq 3\}$. Aqui, utilizou-se a identificação dos números complexos na forma $z=u + iv=(u, v)$, onde $i^2=-1$.

Quantos pontos de Q satisfazem a equação $(z^2+4).(z^2+2z+2)=0$?

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.

—QUESTÃO 15 —

O proprietário de uma academia observou que, fixando o valor do pacote mensal em R\$ 100,00, frequentava sua academia 1 000 pessoas por mês, obtendo com esta modalidade um faturamento por mês de R\$ 100 000,00. Por outro lado, percebeu que, a cada R\$ 20,00 que ele aumentava no pacote mensal, recebia por mês 40 pessoas a menos. Por exemplo: no mês em que ele cobrou pelo pacote R\$ 120,00, a quantidade de pessoas que pagou pelo pacote e frequentou a academia foi 960, e assim sucessivamente.

Nessas condições, considerando P o número de pessoas que frequentarão a academia, em um determinado mês, e F o faturamento nesse mês com a venda dos pacotes, com um valor V de cada pacote. O número de pessoas que devem frequentar a academia no mês para que F , com a venda dos pacotes, seja o maior valor possível é igual a

- (A) 600.
- (B) 700.
- (C) 800.
- (D) 900.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS

— QUESTÃO 16 —

Muitos núcleos urbanos goianos têm origem relacionada à garimpagem do ouro. Ao longo do século XVIII, surgiram, por exemplo, o “Arraial de Sant’Anna” e “Meia Ponte”. Atualmente, esses são os municípios de

- (A) Corumbá e Crixás.
- (B) Niquelândia e Catalão.
- (C) Goiás e Pirenópolis.
- (D) Pilar de Goiás e Itapaci.

— QUESTÃO 17 —

Leia o texto.

Essa região foi objeto de uma política de expansão da fronteira agrícola, demográfica e econômica adotada por Getúlio Vargas nos anos revolucionários de 30 – a Marcha para o Oeste –, que teve como consequência imediata a criação de Goiânia. Possui a mais significativa placa de solos de boa fertilidade natural que existe em todo o estado de Goiás e se constituiu no mais autêntico polo de atração das populações migrantes.

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A.; BARBOSA, A. S. *Geografia: Goiás / Tocantins*. Goiânia: UFG, 2005.

O texto faz referência à região goiana anteriormente denominada

- (A) Vale do Meia Ponte.
- (B) Vale do São Patrício.
- (C) Caminho dos Trilhos.
- (D) Mato Grosso Goiano.

— QUESTÃO 18 —

Além de possibilitar a circulação de bens e produtos, as redes de transportes são meios elementares para as relações entre diferentes regiões. A Estrada de Ferro Goiás, inaugurada no início do século XX, interligou o território goiano ao Sudeste brasileiro, a partir da seguinte cidade mineira:

- (A) Monte Carmelo.
- (B) Araguari.
- (C) Tupaciguara.
- (D) Divinópolis.

— QUESTÃO 19 —

Em Goiás, dentre os principais produtos de exportação, destacam-se aqueles relacionados aos complexos grãos, carnes e minérios. A soja, apesar de ser verificada em todas as regiões, tem mais de 50% de sua produção concentrada nos dez maiores municípios produtores desse grão, com destaque para

- (A) Jataí, Rio Verde e Cristalina.
- (B) Iporá, Fazenda Nova e Niquelândia.
- (C) Mineiros, Doverlândia e Trindade.
- (D) Sanclerlândia, Piracanjuba e Urutaí.

— QUESTÃO 20 —

Observe o quadro.

Município de destino de estudantes goianos para frequentar escola		
Município	Número de pessoas	%
Goiânia	48.070	34,3
Brasília	30.154	21,5
Anápolis	6.805	4,9
Aparecida de Goiânia	3.606	2,6
Rio Verde	3.342	2,4
São Luis de Montes Belos	3.074	2,2
Ceres	2.278	1,6
Trindade	1.928	1,4
Catalão	1.863	1,3
Barra do Garças	1.727	1,2
Valparaíso de Goiás	1.566	1,1

O quadro apresenta o destino de estudantes de municípios goianos que se deslocam diariamente para outras cidades com o objetivo de frequentar escola. Os destinos principais são Goiânia, que recebe 34,3% desses estudantes, e Brasília, que recebe 21,5%. Esse fenômeno é caracterizado como migração

- (A) rural-urbana.
- (B) esporádica.
- (C) pendular.
- (D) regional.

LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA**— QUESTÃO 21 —**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Resolução n. 1.218, de 3 de julho de 2007) é o diploma jurídico que disciplina e organiza os trabalhos na Casa Legislativa Goiana. Este Regimento estabelece que

- (A) a Assembleia Legislativa reunir-se-á em sessão ordinária inaugural, independentemente de convocação, no dia 2 de janeiro de cada ano, sendo transferida a sessão para o primeiro dia útil seguinte, se aquela data recair em sábado, domingo ou feriado.
- (B) a Mesa Diretora da Assembleia será composta do Presidente e dos 1º e 2º Secretários, sendo que estes não poderão fazer parte de qualquer comissão, permanente ou temporária, exceto da Executiva e a de Representação, das quais são membros natos.
- (C) a Mesa Diretora da Assembleia, além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, tem por incumbência a tarefa de encaminhar aos demais Poderes pedidos de informações, assim como abrir e encerrar as sessões legislativas ordinárias.
- (D) o Presidente da Assembleia possui como uma de suas atribuições regimentais a incumbência de presidir a Comissão Executiva, tomar parte em suas discussões e deliberações, sem direito a voto, e assinar os respectivos atos, resoluções e decretos legislativos.

— QUESTÃO 22 —

No que tange à organização e ao funcionamento das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, nos termos de seu Regimento Interno, tem-se que

- (A) as comissões permanentes poderão constituir, com poder decisório, subcomissões dentre seus próprios componentes, reservando-lhes parte das matérias do respectivo campo temático ou da área de atuação.
- (B) os membros das comissões permanentes e temporárias serão nomeados por ato do Presidente da Assembleia, publicado no órgão oficial desse Poder, à vista de indicação escrita da maioria dos membros de cada partidos.
- (C) as comissões parlamentares de inquérito, constituídas para apuração de fato determinado e por prazo certo, a requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e no Regimento.
- (D) as comissões de sindicância terão por finalidade proceder à investigação sumária de fatos determinados, referentes ao interesse público, e serão constituídas a requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia, aprovado por maioria absoluta dos membros da Casa.

— QUESTÃO 23 —

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, no que tange às sessões legislativas e à elaboração legislativa, consigna que

- (A) as sessões legislativas ordinárias, realizadas às terças, quartas e quintas-feiras, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Casa.
- (B) as sessões extraordinárias poderão ser iniciadas logo após o término das sessões ordinárias, sem ordem determinada; contudo, poderão estender-se, a fim de esgotar matéria constante da pauta, até o limite do horário previsto para funcionamento das sessões ordinárias.
- (C) a matéria constante de projeto rejeitado pelo Plenário da Casa poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, caso haja proposta da maioria absoluta dos Deputados, inclusive no que tange a eventuais projetos vetados pelo governador.
- (D) o projeto aprovado definitivamente pelas Comissões preliminares será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que poderá emendá-lo quando reconhecer incoerência ou contradição, vedada abertura de discussão.

— QUESTÃO 24 —

Conforme o teor da Resolução n. 1.007, de 20 de abril de 1999, em relação à estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, compete

- (A) à Presidência, em matéria administrativa, dentre outros, nomear, conceder gratificações, salários-família, licença, pôr em disponibilidade, demitir e aposentar servidores.
- (B) à Chefia de Gabinete da Presidência interpretar, conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do Regulamento dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa.

- (C) à Diretoria Parlamentar supervisionar o processo de administração de informações legislativas, fornecendo apoio técnico e operacional, exceto no processo de fiscalização das ações governamentais.
- (D) à Seção de Planejamento e Orçamento autorizar a abertura de concorrências, bem como coordenar, organizar, orientar e programar todas as atividades relacionadas com o planejamento e a elaboração orçamentária.

— QUESTÃO 25 —

Nos termos da Resolução n. 1.073, de 10 de outubro de 2001, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, no tocante às espécies de provimento previstas, tem-se que

- (A) *reintegração* é o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- (B) *aproveitamento* é o retorno ao serviço público da Assembleia Legislativa do servidor em disponibilidade.
- (C) *recondução* é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.
- (D) *reversão* é a reinvestidura do servidor efetivo no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação.

— QUESTÃO 26 —

Considerando as disposições acerca do Regime Disciplinar do Servidor, previstas na Resolução n. 1.073, de 10 de outubro de 2001, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o servidor será punido

- (A) com advertência ou suspensão de até 90 (noventa) dias, conforme a gravidade, pela ofensa física, em serviço, a outro servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem.
- (B) com a destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, quando incorrer em infrações sujeitas às penalidades de advertência, suspensão e de demissão, previstas em lei.
- (C) com suspensão de até 90 (noventa) dias, quando incorrer em inassiduidade habitual, entendida como falta ao serviço, sem causa justificada, por período superior a 30 (trinta) dias úteis consecutivos.
- (D) com suspensão de até 15 (quinze) dias, quando, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessada acaso cumprida a determinação.

— QUESTÃO 27 —

A criação de uma entidade com personalidade jurídica própria, por intermédio de lei, cuja finalidade seja, exclusivamente, a realização de uma atividade administrativa, própria do Poder Público, é caracterizada como uma forma de

- (A) permissão.
- (B) descentralização.
- (C) concessão.
- (D) desconcentração.

— QUESTÃO 28 —

Administração Pública, em termos organizacionais, pode ser dividida entre Direta e Indireta. Esta última pode ser composta de diversas pessoas jurídicas, dentre as quais as empresas públicas, que

- (A) serão criadas efetivamente por lei formal.
- (B) possuirão personalidade jurídica de direito público.
- (C) poderão revestir-se de qualquer forma ou organização empresarial.
- (D) estarão subordinadas hierarquicamente ao ente criador.

— QUESTÃO 29 —

Em relação ao regramento das licitações, previsto na Lei n. 8.666/1993, tem-se que

- (A) a necessidade de publicação do instrumento convocatório não se estende a todas as modalidades licitatórias.
- (B) a desconstituição de licitação pressupõe a instauração de contraditório em que se assegure ampla defesa a todos os licitantes interessados.
- (C) a autoridade competente poderá anular licitação em razão de interesse público decorrente de fatos supervenientes devidamente comprovados.
- (D) a fase de habilitação antecede a fase de julgamento na modalidade denominada “pregão”.

— QUESTÃO 30 —

No que concerne à licitação, regida pela Lei n. 8.666/1993, esta é inexigível, quando

- (A) a contratação envolver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).
- (B) a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (C) o caso for de emergência ou de calamidade pública, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras e serviços.
- (D) a aquisição for de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

— QUESTÃO 31 —

O direito administrativo, por intermédio da doutrina e jurisprudência, ensina que, aos serviços públicos, aplica-se prioritária e especificamente o princípio da

- (A) modicidade, pelo qual os serviços públicos devem ser remunerados a preços módicos, devendo o Poder Público calcular o valor das tarifas com vistas à eficiência e lucros máximos.
- (B) continuidade, o qual indica que os serviços públicos não devem sofrer interrupção, ou seja, sua prestação deve ser contínua para evitar que a paralisação provoque colapso nas múltiplas atividades particulares.
- (C) supremacia do interesse público, pelo qual as atividades administrativas e os serviços públicos são prestados pelo Estado para benefício da coletividade ou de particular, em detrimento da primeira.
- (D) autotutela, o qual indica que a Administração Pública, ao prestar serviços públicos, goza de liberdade de gestão, podendo revogar ou aumentar unilateralmente as tarifas para manter a lucratividade da atividade.

— QUESTÃO 32 —

Um certo município goiano, afirmando inexistirem condições para a prestação direta, pretende encontrar alternativa legal para prestação de serviço de transporte público urbano. Nesse sentido, poderá utilizar-se

- (A) de uma permissão de serviço público, contrato que transferirá ao particular a titularidade ou execução do serviço de transporte municipal por sua conta e risco.
- (B) de uma delegação de serviço público, por meio da qual transferirá ao particular a titularidade e a execução do transporte público urbano.
- (C) de uma concessão de serviço público, para execução por conta e risco do contratado, reservada a titularidade do serviço público ao ente federado.
- (D) da execução do serviço por particular, desde que fique comprovado que inexistente outro ente público capaz de absorver a competência municipal.

— QUESTÃO 33 —

O edifício em que se encontra sediada a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás pode ser qualificado, dentro da classificação dos bens públicos, como:

- (A) bem de uso comum do povo, ou de domínio público, já que a acessibilidade se dá por meio da utilização livre e universal.
- (B) bem de uso especial, pertencente à Fazenda do Estado, afetado ao uso do Poder Legislativo estadual.
- (C) bem dominical ou dominial, de propriedade da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, como sede do Poder Legislativo estadual.
- (D) bem dominical ou dominial, de propriedade da Fazenda do Estado, cedido ao uso do Poder Legislativo estadual.

— QUESTÃO 34 —

No que diz respeito aos bens públicos,

- (A) as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental constituem, nos termos da Constituição Federal, bem de uso comum do povo.
- (B) os potenciais de energia hidráulica são bens dos Estados-membros, desde que dentro dos limites geográficos de suas fronteiras.
- (C) os bens pertencentes aos Conselhos Federais e Regionais de Fiscalização são bens públicos, portanto impenhoráveis.
- (D) os bens pertencentes à sociedade de economia mista são considerados bens públicos, qualquer que seja sua utilidade, portanto impenhoráveis.

— QUESTÃO 35 —

Um cidadão sofreu comprovados prejuízos em razão da conduta de agente público estadual, atuando nessa qualidade. De acordo com a Constituição Federal e as normas relacionadas à Responsabilidade da Administração Pública, em relação ao cidadão em pauta, o Estado-membro é obrigado

- (A) a reparar o dano, podendo exercer o direito de regresso em face do servidor, que responderá objetivamente perante a Administração.
- (B) a reparar o dano, desde que comprovada a conduta dolosa ou culposa do agente nos autos do processo em que se discute o evento principal.
- (C) a ingressar com ação regressiva em face do servidor, em toda situação em que for condenado a reparar o dano nos autos do processo em que se discutir o evento principal.
- (D) a reparar o dano, respondendo o agente perante esta, em ação regressiva, caso comprovado ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**— QUESTÃO 36 —**

A Constituição Federal de 1988, no artigo 60, prevê o seu próprio processo de emendamento, isto é, o ato e efeito de mudanças do texto constitucional, excetuando-se as cláusulas pétreas, que não podem ser suprimidas da Constituição. Nas disposições do referido artigo, especificam-se os autores das propostas de emenda. Tem esta prerrogativa constitucional o

- (A) Governador de estado.
- (B) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Presidente da República.
- (D) Procurador-Geral da República.

— QUESTÃO 37 —

Em 2006, o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade pela inconstitucionalidade do artigo 13 da Lei n. 9096/1995 (Dispõe sobre os partidos políticos), que estabelecia a cláusula de barreira, ou de desempenho, para o funcionamento parlamentar dos partidos políticos. Segundo o referido artigo, os partidos políticos para ingressarem tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal deveriam cumprir algumas exigências. Uma dessas exigências seria a obtenção

- (A) de, no mínimo, 2% dos votos, em todos os estados brasileiros.
- (B) de, no mínimo, 5% dos votos nacionais, tendo como base a eleição para a Câmara dos Deputados.
- (C) de, no mínimo, 1% dos votos em dois terços dos municípios brasileiros.
- (D) de, no mínimo, 5% dos votos em dois terços dos estados e municípios brasileiros.

— QUESTÃO 38 —

O resultado final das eleições realizadas para a Câmara dos Deputados em 2014 revelou um aumento no número de partidos políticos que conquistaram cadeiras no Parlamento. Em comparação com o pleito realizado em 2010, subiu de 22 para 28 o total de partidos que obteve representação na Câmara. Houve ainda um incremento no número efetivo de partidos políticos na Câmara. Na abertura da nova legislatura a partir de fevereiro de 2015, este número efetivo de partidos passa de 11,46 para 13,22, o que significa:

- (A) aumento de dispersão partidária na Câmara.
- (B) diminuição do índice de fracionalização nas eleições para a Câmara.
- (C) aumento de concentração partidária na Câmara.
- (D) diminuição da fragmentação partidária na Câmara.

— QUESTÃO 39 —

A chamada “verticalização” previa o estabelecimento de um tipo de restrição à formação de coligações partidárias nas eleições que ocorreriam a partir de 2006, quando foi suspensa. Caso a verticalização entrasse em vigor, uma das restrições seria de

- (A) coligações partidárias para eleição majoritária.
- (B) coligações partidárias diferentes nos níveis estadual e federal.
- (C) coligações partidárias para eleição proporcional.
- (D) coligações partidárias similares em mais de um terço dos estados da federação.

— QUESTÃO 40 —

Em 2007, por meio da Resolução n. 22.610, o Tribunal Superior Eleitoral instituiu a norma que disciplina o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária. Esta resolução ficou conhecida popularmente como a “lei da fidelidade partidária”. Para algumas circunstâncias de justa causa, a resolução autoriza a requisição de desfiliação partidária sem pena de perda de mandato a quem estiver exercendo cargo eletivo. Segundo este instrumento legal, pode ocorrer a desfiliação quando o requerente

- (A) cria um novo partido político.
- (B) apresenta o pedido formal de um partido político manifestando o interesse em recebê-lo.
- (C) está nos primeiros seis meses de seu mandato.
- (D) está filiado há, no mínimo, cinco anos em seu partido de origem.

— QUESTÃO 41 —

Considere uma proposta de emenda constitucional tramitando nas duas Casas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal). Sua aprovação ocorrerá se houver no mínimo

- (A) um terço dos deputados federais a favor de sua aprovação.
- (B) um terço dos deputados federais e dos senadores, em votações separadas, a favor de sua aprovação.
- (C) três quintos dos senadores a favor de sua aprovação.
- (D) três quintos dos deputados federais e dos senadores, em votações separadas, a favor de sua aprovação.

— QUESTÃO 42 —

O Parlamentarismo e o Presidencialismo são sistemas ou formas de governo que estruturam o funcionamento, a composição e a relação entre os Poderes (principalmente, Executivo e Legislativo) em um país. No Parlamentarismo e no Presidencialismo, o método de seleção do chefe do Poder Executivo nacional são distintos e explicitam a formação dos Poderes em cada um dos sistemas. No presidencialismo, qual é o método de seleção do presidente e como se formam, entre si, os Poderes Executivo e Legislativo?

- (A) O presidente é escolhido por eleição direta e os Poderes são formados de maneira independente.
- (B) O presidente é escolhido por deputados e senadores eleitos diretamente e a formação de um Poder ocorre em dependência da do outro.
- (C) O presidente é escolhido por eleição direta, mas seu mandato deve ser ratificado pelo Congresso Nacional e os Poderes são formados de maneira interdependente.
- (D) O presidente é escolhido pelo Congresso e a formação dos Poderes ocorre em mútua dependência.

— QUESTÃO 43 —

Leia o texto a seguir

O clientelismo é um sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses, no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas. As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides ou redes baseados em relações pessoais que repousam em troca generalizada. As unidades clientelistas disputam frequentemente o controle do fluxo de recursos dentro de um determinado território. A participação em redes clientelistas não está codificada em nenhum tipo de regulamento formal; os arranjos hierárquicos no interior das redes estão baseados em consentimento individual e não gozam de respaldo jurídico.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil*. São Paulo: Garamond, 2010. p. 63.

No texto, Edson Nunes apresenta as características específicas do clientelismo, concebido como uma estrutura de relacionamento entre Estado e sociedade no Brasil. Contrapondo-se ao clientelismo, o “universalismo de procedimentos” é também uma estrutura de relacionamento entre Estado e sociedade. Levando em consideração essa oposição, pode-se conceber que no universalismo de procedimentos um dos princípios que orienta a relação entre Estado e sociedade é o

- (A) da informalidade.
- (B) do insulamento.
- (C) da pessoalidade.
- (D) da igualdade.

— QUESTÃO 44 —

O Decreto n. 4.073 de 2002 dispõe, entre outras matérias, sobre a “declaração de interesse público e social de arquivos privados”. Essa legislação define que são automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social:

- (A) arquivos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas.
- (B) arquivos dos presidentes da República.
- (C) arquivos de entidades religiosas.
- (D) arquivos privados produzidos antes de 1916.

— QUESTÃO 45 —

A Associação dos Arquivistas do Brasil (AAB) prescreve um conjunto de regras de conduta para orientar o arquivista no exercício da profissão. Segundo a normatividade oriunda da AAB, considera-se arquivista o profissional que atua na guarda, conservação, organização, controle e administração de arquivos. Esse profissional tem como dever e obrigação

- (A) restringir o acesso aos arquivos a um seletivo número de pessoas, uma vez que em seu trabalho, em larga medida, lida com documentação antiga, que requer maiores cuidados.
- (B) atender com parcialidade seletiva às pessoas que procuram a documentação sob sua responsabilidade, já que há um elenco de agentes públicos e privados que, em virtude da função de seu cargo, tem prioridade sobre documentação específica.
- (C) tornar públicas informações contidas em documento cujo acesso é restrito por lei, quando se tratar de assunto que compromete a segurança nacional.
- (D) garantir a autenticidade e a integridade dos documentos nos trabalhos de processamento técnico e de conservação.

— QUESTÃO 46 —

Pesquisas científicas são realizadas tendo como base uma metodologia quantitativa ou qualitativa. Uma pesquisa é quantitativa quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências com base em amostras aleatórias de uma população. Esse tipo de pesquisa usa medidas numéricas para testar constructos científicos e hipóteses, ou busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos (DIAS, 2000, p. 1). Uma das principais técnicas de coleta de dados de uma pesquisa quantitativa é:

- (A) grupo focal.
- (B) entrevista individual.
- (C) pesquisa etnográfica.
- (D) estudo de caso.

— QUESTÃO 47 —

Um instituto de pesquisa realizou uma investigação para apurar e explicar as razões de, em determinado município do estado de Goiás, 60% das mulheres na faixa etária de 20 a 30 anos estarem desempregadas. Os dados apurados revelaram que 90% das mulheres desempregadas têm pelo menos dois filhos, 70% não concluíram o ensino médio e 80% têm mães analfabetas. Procura-se dimensionar o impacto dos dados apurados no nível de desemprego deste grupo de mulheres. Qual é a variável dependente desta pesquisa?

- (A) O nível de escolaridade das mães das mulheres na faixa de 20 a 30 anos.
- (B) O nível de escolaridade das mulheres na faixa de 20 a 30 anos.
- (C) O nível de desemprego das mulheres na faixa de 20 a 30 anos.
- (D) O número de filhos das mulheres na faixa de 20 a 30 anos.

— QUESTÃO 48 —

Um pesquisador está interessado em estudar as condições de mortalidade em um determinado município. Pesquisas realizadas anteriormente indicam que, de cada 100 nascidos vivos, somente 60 sobrevivem até a idade de 50 anos. O pesquisador tem, como hipótese alternativa, que o valor dessa proporção é menor. Para testar essa afirmação, ele conduz uma nova pesquisa e, com base em uma amostra aleatória de 1.000 nascidos vivos, acompanhados no tempo, observa que somente 530 sobreviveram até a idade de 50 anos. Os resultados são apresentados a seguir.

TABELA 1

Resultados do teste de hipótese

Valor Estatístico Z	Graus de Liberdade	P-valor
-4,486205709	999	0,00

Considerando um nível de significância de $\alpha = 5\%$, os resultados da pesquisa

- (A) confirmam a hipótese do pesquisador, pois o P-valor é menor que o nível de significância.
- (B) não confirmam a hipótese do pesquisador, pois o P-valor é maior que no nível de significância.
- (C) não confirmam a hipótese do pesquisador, pois o valor do estatístico Z é menor que o P-valor.
- (D) confirmam a hipótese do pesquisador, pois o número de graus de liberdade é maior que o P-valor.

— QUESTÃO 49 —

A análise de variância (ANOVA), paramétrica e independente, de um fator é uma generalização do teste:

- (A) t independente.
- (B) Bartlett para homogeneidade de variâncias.
- (C) Qui-Quadrado de Independência.
- (D) Anderson-Darlin.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 50 —

O diretor da área de Recursos Humanos de uma empresa está interessado em determinar a importância da escolaridade (em anos) e a experiência (em anos) sobre o salário atual (em R\$) recebido pelos funcionários dessa empresa. Para resolver essa dúvida, solicita ao responsável da área de estatística que ajuste um modelo de regressão linear, tendo como variável dependente o salário atual (em R\$) e a escolaridade (em anos) e a experiência profissional (em anos) como variáveis independentes. Os resultados computacionais são mostrados na tabela 2

TABELA 2

Resultados de uma regressão linear que relaciona o salário atual (em R\$) com a Escolaridade (em anos) e a Experiência Profissional (em anos)

Parâmetro estimado	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	Estatística T	P-valor
	B	Desvio Padrão	Beta		
Constante	- 20.978,3	3087,258		-6,795	0,00
Escolaridade (em anos)	4.020,3	210,65	0,679	19,085	0,00
Experiência Profissional (anos)	12,1	5,81	0,074	2,078	0,04

Considerando um nível de significância $\alpha=0,01$,

- (A) a experiência profissional e a escolaridade são estatisticamente significativas para explicar o salário atual. A escolaridade apresenta maior importância para explicar o salário.
- (B) a experiência profissional é estatisticamente significativa para explicar o salário; a escolaridade não é estatisticamente significativa para explicar o salário; a experiência profissional apresenta uma maior importância para explicar o salário.
- (C) a experiência profissional não é estatisticamente significativa para explicar o salário; a escolaridade é estatisticamente significativa para explicar o salário; a escolaridade apresenta maior importância para explicar o salário.
- (D) a experiência profissional e a escolaridade não são estatisticamente significativas para explicar o salário. Ambas têm igual importância.

— RASCUNHO —

REDAÇÃO**Instruções**

Você deve desenvolver um dos gêneros oferecidos nas propostas de construção textual. O tema é único para os dois gêneros e deve ser desenvolvido segundo a proposta escolhida. O texto deve ser redigido em prosa. A fuga do tema ou cópia da coletânea anula a redação. A leitura da *coletânea* é obrigatória. Ao utilizá-la, você não deve copiar trechos ou frases. Quando for necessário, a transcrição deve estar a serviço do seu texto. Independentemente do gênero escolhido, o seu texto **NÃO** deve ser assinado.

Tema:

As implicações dos relacionamentos interpessoais no desempenho profissional

Coletânea**1. Como se constrói e se mantém a reputação corporativa**

A identidade de uma instituição é o resultado de como o público a enxerga por meio das ações de suas diversas áreas e porta-vozes. O reflexo dessa identidade se transforma na imagem da companhia, sendo que a soma de imagens positivas e negativas, ao longo do tempo, constitui a sua reputação. Se a identidade for gerada por ações de comunicação que denotam ética, coerência e credibilidade, a imagem será positiva. Se as condutas refletirem posturas contraditórias e dissonantes, a identidade estará associada à desconfiança e, conseqüentemente, a imagem será negativa.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/20088/18832>>. Acesso em: 22 fev. 2015. (Adaptado).

2.



Disponível em: <<http://rufanobombo.com.br/imgRufadas/mesmo%20barco.jpg>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

3. Nem tudo se pode ver, ouvir ou dizer**Beth Milan**

Um músico me escreve contando que pertence a uma grande orquestra, mas não tem o prazer no trabalho por causa dos colegas. Não suporta o despotismo, a vaidade, a prepotência, a arrogância e a mania de grandeza de alguns. O convívio com “egos inflados” é demasiadamente penoso, e ele me pergunta o que fazer.

Eu que sempre faço a apologia do ato generoso da escuta, sugiro ao músico que faça ouvidos moucos. Lembro que ele tem o privilégio de escutar os sons mais sutis e sabe ouvir o silêncio. Não precisa dar ouvidos ao que não interessa. Inclusive porque egos inflados estão em toda parte e a luta contra eles não leva a nada. Evitar a luta de prestígio é um bem que nós fazemos a nós e aos outros.

Para viver, nem tudo nós podemos ver, escutar ou dizer. Isso é representado, desde a Antiguidade, pelos três macacos da sabedoria. Cada um cobre uma parte diferente do rosto com as mãos. [...]

Eles ensinam a não enxergar tudo o que vemos, não escutar tudo o que ouvimos e não dizer tudo o que sabemos. Noutras palavras, ensinam a selecionar e a conter-se. Isso é decisivo para uma atitude construtiva, mas não é fácil. [...] Sobretudo numa sociedade como a nossa, que tanto valoriza, e que não condena, a vaidade, a prepotência e a arrogância. Pelo contrário, estimula-as para se perpetuar.

MILAN, B. Nem tudo se pode ver, ouvir ou dizer. In: *Veja*, São Paulo, 12 jan. 2011, p. 92. (Adaptado).

4. Unidade sem uniformidade: moldando uma equipe de líderes**Ram Charan**

Identificar, recrutar, desenvolver e colocar no lugar certo um grupo de pessoas talentosas e inteligentes [...] é fundamental. Mas o maior desafio é moldar esses profissionais de grande dinamismo, capacidade e com egos enormes em uma equipe de trabalho [...]. Os membros de uma equipe concentram-se naturalmente em suas especialidades funcionais e têm suas próprias ambições pessoais, mas essas diferenças fazem com que eles remem em direções diferentes [...].

É desnecessário dizer que formar uma equipe significa contar com os participantes certos. Como alicerce, é necessário ter pessoas com qualidades óbvias como competência técnica, determinação, capacidade para cumprir compromissos, respeito dos outros integrantes da equipe [...]. Talvez igualmente importante seja a receptividade a novas ideias e disposição de trabalhar horizontalmente com os demais, abafando o ego e os interesses pessoais, para fazer escolhas que sejam melhores para toda a organização.

Ainda que se tenha o melhor especialista possível em uma determinada área, se o ego dele não puder ser desinflado para trabalhar em equipe, será necessário decidir o que é mais importante: o conhecimento especializado do profissional ou o funcionamento da equipe.

CHARAN, R. *Know-how: as 8 competências que separam os que fazem dos que não fazem*. Trad. Thereza Ferreira Fonseca. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p.128. (Adaptado).

5. Diálogo é a principal ferramenta para construir relações sustentáveis dentro do local de trabalho

Uma equipe eficiente depende de como ela coordena as ações e oferece espaço para a conversa. Esta é uma exemplificação simples, mas fundamental, segundo Marta Magnus, especialista em *coaching* organizacional. [...] De acordo com ela, nas relações humanas, dentro e fora do ambiente corporativo, tudo depende de como ouvimos e dialogamos com o outro. “Para se relacionar melhor, é preciso conversar melhor”, afirma. Antes de tudo, é importante perceber o “sentido” que o exercício profissional deve ter para cada um.

[...] “Cada indivíduo não está alheio ao que acontece ao redor”, lembra Marta, ao mencionar funcionários que buscam culpar os conflitos dentro do local de trabalho nos outros e se vitimam, ou ainda, se colocam em uma posição superior, como a única pessoa correta. “O problema é a forma como eu encaro a situação como um problema.”

Disponível em: <<http://www.amcham.com.br/gestao-empresarial/noticias/dialogo-e-a-principal-ferramenta-para-construir-relacoes-sustentaveis-8709.html>>. Acesso em: 25 fev. 2015. (Adaptado).

6. Importância da comunicação assertiva no ambiente profissional

A falta de uma comunicação mais direta e clara é a maior causa de conflitos entre pessoas em uma instituição. Como exemplo, utilizaremos um caso real: um funcionário antigo, abarrotado de trabalho, sentado ao lado de um funcionário novo com função similar à dele, mas pouco trabalho. O antigo pensa: “Puxa, eu aqui sem conseguir terminar o trabalho e o funcionário novo sem oferecer sua ajuda. Acho que não está a fim de trabalhar!”

Já o funcionário novo pensa: “Gostaria muito de ajudar o funcionário antigo, mas acho que está ocupado demais para delegar um pouco para mim. Talvez nem confie na minha capacidade de ajudá-lo.”

Esse é um exemplo clássico em que percepções incorretas geram conclusões incorretas. Além de o problema central ser a distribuição desigual de trabalho não resolvido, cria-se uma animosidade desnecessária entre os dois funcionários, o que apenas os afasta da solução e potencialmente gera um clima propenso a conflitos pessoais.

Disponível em: <<http://univem.edu.br/noticias/?id=1104>>. Acesso em: 26 fev. 2015. (Adaptado).

7. “O que é científico?” (V)

Rubem Alves

Fico logo arrepiado quando ouço alguém afirmar: “Estou convencido de que...” Digo logo para mim mesmo: “Cuidado! Lá vai um inquisidor em potencial!” Convicções são entidades mais perigosas que os demônios. E o problema é que não há exorcismo capaz de expulsá-las da cabeça onde se alojaram, pela simples razão de que elas se apresentam como dádivas dos deuses. Os recém-convertidos estão sempre convictos de que, finalmente, contemplaram a verdade. Daí a transformação por que passam: seus ouvidos, órgãos de audição, se atrofiam, enquanto as bocas, órgãos da fala, se agigantam. Quem está convicto da verdade não precisa escutar. Por que escutar? Somente prestam atenção nas opiniões dos outros, diferentes da própria, aqueles que não estão convictos de ser possuidores da verdade. Quem não está convicto está pronto para escutar – é um permanente aprendiz.

ALVES, R. *Entre a ciência e a sapiência* – O dilema da educação. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1999, p. 105.

8.



Disponível em: <<http://salvadoremovimento.atarde.uol.com.br/wp-content/uploads/2010/04/bandeiras.jpg>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

Propostas de redação**A – Artigo de opinião**

O artigo de opinião é um gênero do discurso argumentativo, frequentemente encontrado em jornais e revistas, tem a finalidade de expressar o ponto de vista do autor a respeito de um determinado tema. A validade da argumentação é evidenciada pelas justificativas de posições assumidas pelo autor ao apresentar informações e opiniões que se complementam ou se opõem. No texto, predominam sequências expositivo-argumentativas.

Orientando-se pelos textos da coletânea e por experiências vividas em seu cotidiano, redija um artigo de opinião com o objetivo de ser publicado em um jornal de circulação nacional, posicionando-se sobre o tema **“As implicações dos relacionamentos interpessoais no desempenho profissional”**. Defenda seu ponto de vista, apresentando argumentos que o sustentem e que possam refutar outros pontos de vista.

B – Carta de leitor

A *carta de leitor* é um gênero discursivo no qual o leitor manifesta sua opinião sobre assuntos publicados em jornal ou revista. O autor da carta pode dirigir-se ao editor (representante do jornal ou da revista) ou ao autor da matéria publicada (quando o seu nome é revelado). Este texto, de natureza dissertativa, é caracterizado pela construção da imagem do interlocutor e por estratégias de convencimento. Utilizando-se da linguagem persuasiva, o autor da carta de leitor busca convencer o destinatário a adotar o seu ponto de vista e acatar suas ideias por meio da exposição e dos argumentos apresentados.

Considerando as ideias presentes na coletânea, escreva uma carta de leitor a um jornal de circulação nacional, posicionando-se sobre o tema **“As implicações dos relacionamentos interpessoais no desempenho profissional”**. Para construir seus argumentos, relacione dados e fatos que possam convencer seu interlocutor a acatar seu ponto de vista. Para escrever sua carta, considere as características interlocutivas desse gênero.

ATENÇÃO

Você não deve identificar-se, ou seja, você deve assumir o papel de um leitor fictício.

A sua carta NÃO deve ser assinada.

RASCUNHO – PROVA DE REDAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40